

ESCOLA “NEUTRA”: A RELAÇÃO ENTRE JOVENS E EDUCAÇÃO POLÍTICA NAS ESCOLAS DE CAMPINAS-SP

Palavras-Chave: JUVENTUDE; ESCOLA; EDUCAÇÃO POLÍTICA

Autores(as):

JÚLIA MANZATTO, IFCH - UNICAMP

Orientadores(as):

Prof^ª. Dr^ª. ANDRÉA MARCONDES DE FREITAS (orientadora), IFCH - UNICAMP

Me. EDUARDO REZENDE PEREIRA (coorientador), IFCH - UNICAMP

INTRODUÇÃO:

Em estudos sobre socialização política, a escola aparece como um dos principais espaços de interação juvenil. Morais (2017), em pesquisa realizada com jovens estudantes do Sul do país, revela que a escola aparece em terceiro lugar entre as instituições pelas quais a juventude forma sua opinião política, abaixo apenas de “família” e “internet” (Morais, 2017, p.100). Nesse sentido, esta pesquisa busca discutir como se dá a construção daquilo que Rildo Cosson (2010) denominou como letramento político, um processo de “apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” (Cosson, 2010, p.16).

Nessa perspectiva, a partir da hipótese de que apesar de a escola ser um potencializador para ações e percepções políticas, ela falha, enquanto instituição, na promoção de espaços e condições para o desenvolvimento do pensamento crítico da juventude, temos como objetivo analisar como a política aparece no contexto escolar público e privado do município de Campinas (SP), comparando dados referentes às percepções sobre política dos jovens nesses dois contextos, evidenciando semelhanças e diferenças entre essas duas esferas educacionais.

METODOLOGIA:

A proposta metodológica envolveu a formulação de um *survey* que mescla perguntas de respostas abertas e fechadas com aplicação em escolas públicas e privadas, cursinhos pré-vestibular e espaços de sociabilidade, tendo como público alvo jovens de 14 a 21 anos de idade, concluímos as aplicações com um total de 54 respostas em 7 escolas diferentes, sendo 40 respostas em escolas públicas e 14 respostas em escolas particulares. Assim, para a escrita dessa pesquisa, além de utilizar para análise o banco de dados construído através do *survey*, também utilizarei análises a partir de experiências em campo no momento da coleta de dados, algo necessário para pensar os jovens e a escola como atores inseridos em determinados

contextos sociais, que revelam diferentes fenômenos a partir das relações de interação entre as diversas esferas existentes no microcosmo social ao qual pertencem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

No ano de 2023, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1108/15, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para incluir obrigatoriamente no currículo de ensino básico o ensino de “Educação Política e Direitos da Cidadania” (Agência Câmara de Notícias, 2023), o principal motivo para isso seria o generalizado desconhecimento dos jovens estudantes sobre a política brasileira. No entanto, os dados mostram que os estudantes não são totalmente alienados e acríticos em relação à política como frequentemente dita o senso comum (Duarte e Ribeiral, 2023).

Quando questionados se percebiam política em suas vivências na escola, 62% dos jovens entrevistados em nosso *survey* responderam que sim, contra apenas 37% que responderam negativamente, como demonstra a tabela 1, apresentada adiante.

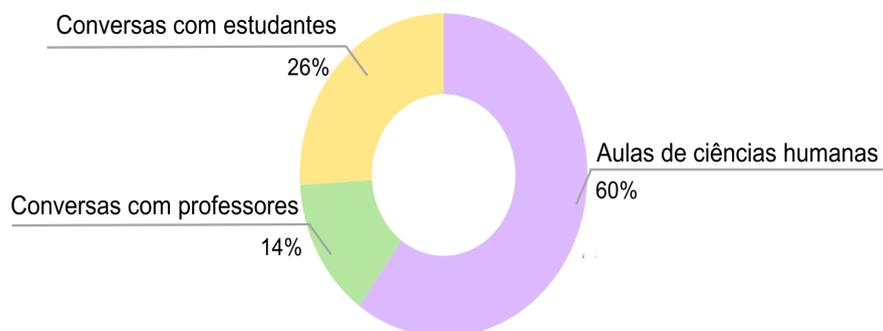
Tabela 1 - Percepção dos jovens de Campinas se há política na escola (2023/2024)

	Escolas Públicas	%	Escolas Privadas	%	Total	%
Sim	24	60	10	71	34	62
Não	16	40	4	28	20	37
Total	40	100	14	100	54	100

Fonte: Elaboração própria (2024).

Entre aqueles que responderam “sim”, quando questionados de que forma a política aparece, afirmaram que grande parte do contato que têm com política dentro do espaço escolar vem de aulas de disciplinas de Ciências Humanas (60%), conversas com outros estudantes (26%) e conversas com professores fora do contexto de aula (14%), refletido no gráfico 1. É importante observar que não houve diferenças notáveis entre escolas públicas e privadas neste tópico.

Gráfico 1 - Como a política aparece na escola de acordo com os jovens de Campinas (2023/2024)



Fonte: Elaboração própria (2024).

Sobre os dados apresentados no gráfico 1, é interessante notar que nenhum estudante mencionou disciplinas de outras áreas do conhecimento — além daquelas de Ciências Humanas, isto é, História,

Sociologia, Filosofia, Geografia, Português e Artes —, nas quais tenham percebido “política”. Além disso, alguns dos estudantes de escola pública relataram que, mesmo que temas sobre política surgissem durante as aulas, geralmente eram trazidos pelos próprios alunos e abordados de forma receosa pelos professores, pelo motivo de “sempre que surge esses assuntos, gera briga”, como relatou um dos respondentes durante a aplicação. Em comparação, estudantes de escola particular relataram que, mesmo que percebam política nas matérias de Ciências Humanas, o tema aparece frequentemente de forma conteudista, geralmente voltado aos vestibulares, sem muito espaço para discussão.

Em contrapartida, uma parte dos jovens que afirmaram que política não aparece nas escolas relataram experiências semelhantes com relação à ausência de discussões sobre política por parte dos professores e da escola com relação aos jovens, um dos estudantes de escola particular descreveu sua insatisfação com a não obrigatoriedade do ensino sobre política, relatando, também, que a alta carga de conteúdo e de tempo gastos em atividades escolares impede que os jovens tenham vontade de pesquisar sobre política por conta própria, sentimento compartilhado pelos estudantes de escola pública. A falta de tempo relatada pode ser observada como uma das justificativas mais frequentes para a falta de engajamento dos jovens em relação à política, como demonstra a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 - Motivos pelos quais os jovens de Campinas não se engajam (2023/2024)

	Escolas públicas	%	Escolas particulares	%	Públicas e Particular	%
Falta de interesse	7	17,5	3	21,4	10	18,5
Falta de tempo	6	15	3	21,4	9	16,6
Escola impossibilita	5	12,5	1	7,1	6	11,1
Falta de dinheiro	0	0	1	7,1	1	1,8
Não sabe	4	10	2	14,2	6	11,1
Não respondeu	18	45	4	28,5	22	40,7
Total	40	100	14	100	54	100

Fonte: Elaboração própria (2024).

Além da falta de tempo (16,6%), dois motivos que se destacam são a falta de interesse (18,5%) por política e a impossibilidade de se engajar mais devido à escola (11,1%), que, segundo relatado pelos estudantes, exige grandes períodos de dedicação exclusiva, além de “tentar ser neutra”, nas palavras de um dos estudantes. Apesar disso, é notável como política é um tema incômodo para os dois contextos escolares, seja no modo como aparece ou não em sala de aula e no modo como os estudantes interagem com esses temas. A partir da análise empírica, percebe-se uma relação tensionada entre jovens e escola no que diz respeito, não apenas ao ensino de política, mas sobre a estrutura de ensino de modo geral, que não passa despercebida pelos estudantes: a ideia de uma pedagogia crítica é compreendida pela instituição com temor, já que uma de suas consequências seria uma desordem no sistema de dominação capitalista com o desenvolvimento do pensamento crítico e autônomo dos estudantes que comporão a força de trabalho (Resende, 2018).

Isso, atrelado com as mudanças quanto às funções sociais da escola, que está sobrecarregada com a função de desenvolver a educação moral dos estudantes, contribui para a negligência do ensino de política na educação básica (Resende, 2018). Isso pode ser observado durante os debates legislativos sobre o PL 1108/15, em que muitas das argumentações frisaram a importância de um ensino “não ideológico” e “prático”, além do cuidado na escolha de quais professores seriam adequados para lecionar esse conteúdo (Agência Câmara de Notícias, 2023), como se docentes que optarem por abordagens diferentes do que se acredita ser “imparcial” representassem algum tipo de risco (Resende, 2018). Contudo, os jovens se apresentam descontentes com essa forma “neutra” e limitada com a qual as escolas tratam discussões sobre o universo político, sem abrir espaço para um ambiente de aprendizado democrático. Como, então, é possível construir uma educação política capaz de contribuir para o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes?

Primeiro, é necessário desvincular algumas concepções relativas ao papel do educador na instituição escolar, já que, a impressão que se tem, é que os principais responsáveis pela defasagem no ensino de política são exclusivamente os professores da educação básica, sendo que o principal fator a se levar em consideração é o projeto educacional que estrutura tanto a organização das escolas quanto a abordagem didático-pedagógica dos docentes em sala de aula, um projeto voltado para reprodução da estrutura burocrática de gestão e da manutenção das relações de trabalho (Tragtenberg, 2018), um modelo de educação que concebe a noção de ensinar como o ato de transferir conhecimento a partir de relações hierárquicas e distanciadas entre professor e aluno, escola e aluno e escola e professor (Freire, 2004).

Nesse sentido, pensar a educação política no ensino básico envolve repensar o sistema de ensino proposto para as escolas, desenvolvendo um projeto de letramento político que perpassa por todos os níveis da instituição escolar, desde a gestão interna ao ambiente prático da sala de aula (Cosson, 2010), estabelecendo uma amplitude de sentidos para a política na medida em que proporciona o desenvolvimento do pensamento crítico dos sujeitos com relação a algo que os afeta profundamente em sua vida social, por meio de vivências incentivadas já no ensino básico, assim, a formação dos jovens tendo como projeto de base educacional a ideia de letramento político é indispensável para a manutenção da democracia, projeto esse que, diferente da ideia de educação neutra, trabalharia dentro do espaço escolar de forma reflexiva as implicações relativas à política (Cosson, 2010).

CONCLUSÕES:

Após essa discussão e com base na análise empírica, é possível concluir: a hipótese inicial de que a escola, apesar de ser um espaço político com influência sobre a formação das percepções políticas dos jovens, não se mostra como uma instituição totalmente capaz de possibilitar o desenvolvimento do pensamento político crítico dos jovens se confirma, na medida em que não há um esforço efetivo para a inclusão de uma educação política crítica no projeto de ensino, de forma pedagógica e democrática em seu espaço, algo que é percebido, criticado e reivindicado pelos estudantes. Apesar disso, mesmo compreendendo a defasagem da educação brasileira com relação ao ensino de política, não há uma

solução rápida para esse problema, já que a maioria dos problemas observados no sistema educacional são consequências de uma escola cada vez mais precarizada, além de lidar com um projeto de educação adaptado para um modelo de sociedade neoliberal, valorizando uma formação básica majoritariamente voltada para um mercado de trabalho escasso de oportunidades para essa nova juventude.

Para grandes mudanças seria necessário esforços coletivos entre todas as instituições sociais, de modo a estabelecer como prioridade um ensino crítico de qualidade, no entanto, de onde exatamente devem partir essas mudanças? É com essa perspectiva que evidencia-se o papel da extensão universitária que busca, por meio de projetos e pesquisas, aproximar a temática “política” das escolas e dos jovens através de atividades práticas e teóricas de aprimoramento didático para se trabalhar a educação política. Talvez, ao começar um trabalho de mudança da cultura escolar pela base, diretamente nas escolas, seja um caminho possível para a ampliação de uma ideia de educação política trabalhada coletivamente e democraticamente pelas escolas e, também, pela sociedade.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **LEI Nº 9.394, De 20 De Dezembro De 1996.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm . Acesso em: 02 jul. 2024

CÂMARA. **Câmara aprova projeto que inclui educação política e direitos da cidadania no currículo escolar** - Notícias Câmara Legislativa. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/984628-camara-aprova-projeto-que-inclui-educacao-politica-e-direitos-da-cidadania-no-curriculo-escolar/> . Acesso em. 02 jul. 2024.

COSSON, Rildo. **Letramento político: por uma pedagogia da democracia.** Cadernos Adenauer, v. 11, n. 3, p. 25 - 36, 2010. Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=cab2ffc6-8ad1-5429-19af-445f807e9cdd&groupId=252038 . Acesso em: 27 jun. 2024.

DUARTE, Rafael Antonio; RIBEIRAL, Tatiana Braz. **Letramento Político: Uma Análise Teórica Acerca Da Discussão De Rildo Cosson.** 2023. Disponível em: [Repositório Institucional da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: LETRAMENTO POLÍTICO: UMA ANÁLISE TEÓRICA ACERCA DA DISCUSSÃO DE RILDO COSSON \(ufms.br\)](https://repositorio.institucional.ufms.br/handle/document/123456789). Acesso em. 02. jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MORAIS, Jennifer Azambuja. 2017. **Cultura Política e Capital Social: os Efeitos do Uso da Internet na Socialização de Jovens no Sul do Brasil.** Tese de doutoramento, Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: [Cultura política e capital social : os efeitos do uso da internet na socialização de jovens no Sul do Brasil \(ufrgs.br\)](https://repositorio.ufrgs.br/handle/document/123456789). Acesso em: 27 jun. 2024.

RESENDE, Marcos Paulo Dias Leite. **A política das escolas e a Escola Sem Partido: um estudo sobre ideologias e valores no sistema de ensino de Congonhas.** 2018. Disponível em: [Repositório Institucional da UFMG: A política das escolas e a Escola Sem Partido: um estudo sobre ideologias e valores no sistema de ensino de Congonhas](https://repositorio.institucional.ufmg.br/handle/document/123456789). Acesso em: 05 jul. 2024.

TRAGTENBERG, Mauricio. **A Escola Como Organização Complexa.** Educação & Sociedade, v. 39, n. 142, p. 183–202, 2018. Disponível em: [SciELO - Brasil - A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO COMPLEXA A ESCOLA COMO ORGANIZAÇÃO COMPLEXA](https://scielo.br/pdb/doc/S0339-3616201800014200014). Acesso em: 27 jun. 2024.